

"Não quero ir parar à prisão..." Notas biográficas do desvio juvenil

Ana Manso,¹ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto
mansoana76@gmail.com

Luís Fernandes,² Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto
jllf@fpce.up.pt

Resumo: Este artigo situa o desvio juvenil no espectro mais alargado das condições socioeconómicas das metrópoles ocidentais, cruzando perspetivas micro e macro sociológicas. Parte-se da compreensão das condições materiais e simbólicas que determinam os modos de vida nas cidades e a forma como se repercutem na vida dos jovens, originando processos de desinscrição social e configurando trajetórias de deriva juvenil que parecem antecipar possíveis rotas desviantes. O objetivo deste artigo prende-se com a apresentação de um projeto de investigação sobre os processos de desinscrição social de populações jovens, assentando o desenho metodológico na abordagem das narrativas biográficas produzidas pelos jovens institucionalizados em Centro Educativo por prática de facto qualificado pela lei como crime. As expectativas de análise apontam, assim, para a possibilidade de uma leitura de duplo enfoque das rotas desviantes: (i) o desvio como expressão do agravamento das trajetórias de deriva juvenil, representando forma última da desinscrição do jovem na ordem social estabelecida; (ii) o desvio como alternativa de inscrição no plano da normatividade, permitindo o acesso do jovem às instituições e à confirmação da existência do Eu pela reação social do Outro.

Palavras-chave: desvio juvenil; condição biográfica; desinscrição social

¹ Ana Manso é Professora de Filosofia do Ensino Secundário público. Termina, em 2006, o mestrado em Estudos da Criança, na área de especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. Tem dedicado o seu trabalho de investigação à problemática do desvio juvenil e aos processos de desinscrição social de populações jovens. Frequenta actualmente o Programa Doutoral em Psicologia na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, sob orientação de Luís Fernandes.

² Luís Fernandes é Professor associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Tem dedicado os seus trabalhos de investigação à expressão do fenómeno “droga em contexto urbano”. A evolução deste fenómeno conduziu-o à pesquisa sobre o sentimento de insegurança, a violência urbana, a marginalidade e a exclusão social. Ao longo da década de 90 estudou, através do método etnográfico, o universo dos bairros sociais portuenses, que a comunicação social dizia serem o principal topos das drogas. Durante vários anos foi cronista dos jornais *O Comércio do Porto*, *A Página da Educação* e *Público*. É ainda membro do Conselho Científico da SOMA – Associação Anti-proibicionista Portuguesa e colaborador da *Cânhamo* – Revista de Cultura Canábica, dos Conselhos Consultivos/Científicos das revistas *Toxicodependências*, *Psiquiatria*, *Psicologia*, *Justiça* e *Ousar Integrar* – Revista de Reinserção Social e Prova e Revista Europeia de Reinserção Social e dos Conselhos Consultivos do Instituto da Droga e da Toxicodependência e do GAT – Grupo de Ação nos Tratamentos VIH-Sida. A sua última publicação em livro data de 2009: *O que a droga fez à prisão*, Lisboa, IDT.

Condição Biográfica

O desenho macrosociológico do espaço temporal que medeia entre as últimas décadas do século XX e os dias de hoje afigura-se complexo, deixando uma imagem em aberto, passível de várias configurações. Não obstante, seguimos algumas linhas de reflexão que constituem contributos teóricos válidos, mas não exclusivos, para a caracterização de um quadro alargado de compreensão da sociedade contemporânea, permitindo-nos ainda delimitar um campo de análise macrosociológico onde inscrevemos as trajetórias de desvio juvenil. Partimos, pois, da consideração das transformações socioeconómicas inerentes ao processo de metropolização das cidades industriais (Fernandes, 2004): as transformações tecnológicas e a competição global dos mercados; as alterações laborais determinadas pelos princípios da flexibilização, desregulação e individualização das condições de trabalho; o dilema *postfordista* lucro/salários e o paradoxo capitalista da combinação da eficácia do mercado com a justiça social (Schnapper, 1998); a existência de práticas de trabalho orientadas pela lógica da rentabilização dos capitais em detrimento do factor humano (Kóvacs, 2006).

Neste contexto, o indivíduo é levado a afirmar a sua subjectividade e a assumir-se enquanto autor do seu projecto de vida, fixando os próprios princípios de ação e avaliação. Deste modo, cumpre-se o que Delory-Momberger (2009: 41) designa por “ideologia da auto-realização”. O percurso existencial constitui-se como lugar de um conjunto de processos de seleção, organização e integração através dos quais o indivíduo trabalha a sua própria socialização, inscrevendo-se no mundo social. Numa lógica de privatização de gestão do risco, as diferentes esferas da vida social (família, escola e trabalho) deixam de ser espaços de determinação coletiva para se constituírem como lugares de escolha e decisão individuais. A condição biográfica (*ibidem*) designa uma reconversão histórica entre indivíduo e sociedade. Assim sendo, intensifica-se o processo de individuação social, sendo que os constrangimentos ou disfunções sociais, económicos e institucionais (ex.: desemprego, exclusão profissional...) são assumidos como escolhas de responsabilidade individual e não como resultado de determinações externas. O que outrora era objecto de determinação social é hoje objecto de escolha e elaboração pessoais (*ibidem*: 23 e ss). O indivíduo é levado a constituir-se como sujeito capaz de, por meio da actividade reflexiva, situar a sua experiência singular no mundo histórico e social e dar forma ao curso da própria existência. A existência humana é agora pensada como trajeto marcado por diferentes possibilidades identitárias cuja emergência depende da acção do indivíduo em meios sociais diversificados e através de um processo de descoberta experimental de si mesmo (*ibidem*: 40). As biografias individuais fazem a sociedade (*ibidem*), sendo esta entendida como o conjunto das relações sociais de produção de si. Deste modo, as construções biográficas pelas quais os indivíduos trabalham a sua inscrição social adquirem nova significação social, porquanto se constituem não apenas como questões de realização pessoal, mas também como questões de carácter social e político.

A condição juvenil parece definir-se a partir deste processo pelo qual o indivíduo submete a sua existência ao imperativo da realização pessoal, tendo repercussões ao nível das diferentes esferas da vida juvenil, desde as relações familiares aos modos de ocupação dos tempos

livres, à atitude perante a escola ou aos modos de consumo. Configurando trajetórias de deriva juvenil, os percursos biográficos permitem perspetivar o desenho de rotas desviantes.³

O biográfico como objeto de análise e opção metodológica

A viragem pós-moderna centrada no indivíduo favorece a revalorização das histórias de vida (Poirier *et al.*, 1995) e exige uma nova antropologia (Ferrarotti, 1983: 80-81) que dispensa as grandes explicações estruturais e procura a compreensão da vida quotidiana nas suas dificuldades e contradições, exigindo uma abordagem capaz de dar conta da mediação entre o ato individual e a história social. Constituindo-se como uma hermenêutica social dos atos individuais (*ibidem*: 81), a abordagem biográfica representa uma “*orientação teórica e epistemológica*” que configura um “*paradigma de conhecimento*” baseado no “*retorno ao sujeito da acção social*” (Conde, 1993a: 40). A biografia possui, assim, *valor existencial*, pela possibilidade de, por meio da auto-tematização, o sujeito “*tomar consciência de si e do seu papel na história colectiva*” (*ibidem*: 43), e *valor heurístico* pelo facto de o material biográfico favorecer a compreensão da diversidade da experiência humana, exigindo a consideração da “*dialéctica do social*” (Ferrarotti, 1983: 41). A abordagem biográfica facilita, portanto, o acesso à “*memória colectiva da quotidianidade*” (*ibidem*: 33), constituindo-se como método de interpretação das práticas de vida e dos valores que lhes estão associados.

A nossa aproximação à abordagem biográfica não dispensa uma tomada de posição em defesa da especificidade do estatuto epistemológico do material biográfico. Esta defesa passa pela afirmação da autonomia do método biográfico e pelo reconhecimento de que a abordagem biográfica constitui um desafio que se coloca a três níveis (*ibidem*: 85-86): *primeiro*, pela subjetividade inerente ao facto de o vivido contado constituir uma representação construída por um sujeito que, dessa forma, se recria face a um interlocutor; *segundo*, pela subjetividade do interlocutor presente na interpretação que faz do que ouve; *terceiro*, pela subjetividade decorrente do encontro de sujeitos no acto da interlocução (Conde, 1993a: 49). Paradoxalmente, a autonomia da abordagem biográfica parece, pois, sustentar-se na afirmação do carácter subjetivo do material biográfico, do qual resulta “(...) um conhecimento mutuamente partilhado, enraizado na intersubjetividade da interação, um conhecimento tanto mais profundo e ‘objetivo’ quanto mais integral e intimamente subjectivo” (Ferrarotti, 1991: 171-172). O indivíduo não é, pois, tomado como simples reflexo das condicionantes sociais, operando antes sobre elas uma praxis sintetizadora, levada a cabo através da mediação dos contextos sociais imediatos (Ferrarotti, 1983, 1991: 174), ao mesmo tempo que a sociedade totaliza cada indivíduo por meio das instituições, autorizando um movimento “da biografia ao sistema social, do sistema social à biografia” (Pais, 1984: 510) pelo qual o sistema social é apreendido na especificidade das práticas individuais, que, por

³ Matza e Sykes (1961) utilizam o termo drift (deriva) para referir o processo no qual as condutas dos jovens não se encontram ainda completamente reguladas pelos normativos vigentes, colocando-os numa situação de indefinição entre dois sistemas de valores – o normativo e o desviante –, podendo recorrer a um conjunto de técnicas de neutralização (mecanismos de racionalização ou justificação do desvio) para anular a moral dominante e praticar o desvio (Carreiro, 2005). O conceito de deriva adquire, para nós, uma tonalidade mais sociológica, referindo-se à situação de desinscrição dos jovens dos espaços tradicionais de socialização e à construção de percursos biográficos autorreflexivos pelos quais os constrangimentos sociais, económicos e institucionais são assumidos como escolhas de responsabilidade individual.

seu turno, possibilitam o acesso às práticas coletivas. Não dispensamos, portanto, uma leitura idiográfica dos dados biográficos que nos coloque perante a particularidade da história individual nos seus elementos únicos e singulares, nem a análise de intenção nomotética atenta ao quadro social e histórico que determina a produção de tais testemunhos, dando conta dos aspetos que remetem para um coletivo partilhado. Importa, pois, “situar o sujeito”, inscrevendo, por um lado, a narrativa biográfica no seu contexto de produção (mundos quotidianos, grupos e situações de interação, quadros de relacionamento formal e informal,...) e, por outro, reconhecendo o carácter construído de um percurso biográfico cuja configuração se encontra em estreita relação de dependência com as variáveis contextuais em que se efetiva (Conde, 1993b: 202-208).

O recurso que fazemos ao material biográfico prende-se com o objetivo de identificar os aspetos em torno dos quais os jovens institucionalizados em centro educativo pela prática de facto qualificado pela lei como crime organizam o seu discurso acerca dos próprios percursos de vida: como perspetivam o percurso biográfico passado, o vivido? Como se situam no presente? De que forma(s) se projetam no futuro? De que modo o comportamento desviante é integrado no discurso produzido?

Aquando do início do processo de pesquisa, em janeiro de 2013, encontramos no Centro Educativo Santo António (C.E.S.A.), Porto, 30 jovens a cumprir medida de internamento - 21 jovens em regime semiaberto e 9 jovens em regime fechado - pela prática de facto qualificado pela lei como crime. A duração das medidas aplicadas varia entre os 3 e os 24 meses. No que se refere à sua proveniência, os jovens são, sobretudo, oriundos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Do grupo inicial de 30 jovens, 20 integram a amostra definitiva, tendo por base dois critérios fundamentais:

i) critério do tempo de permanência no centro educativo: com o objetivo de constituir uma amostra heterogénea, integramos na amostra jovens com tempos de permanência no centro educativo variados, procurando diluir o efeito que a variável “tempo de internamento” pode ter no discurso dos jovens, considerando que o tempo de internamento pode ter influência em termos da formatação do discurso apresentado, da necessidade de corresponder aos objetivos do internamento ou às expectativas dos técnicos ou mesmo da investigação. Esta exigência de variação da amostra incide também sobre aspetos como a idade dos jovens, o regime de internamento e a unidade residencial.

ii) critério da diferencialidade: a expressão é proposta por Bertaux (1997) para designar as diferenças existentes entre agentes que ocupam a mesma categoria social, nomeadamente em termos do seu “capital de experiência biográfica” (*ibidem*: 24). Entendemos que este critério permite, na linha do nosso posicionamento epistemológico e metodológico, dar consistência a uma leitura de enfoque ideográfico atenta à subjetividade e à particularidade dos discursos biográficos.

A recolha do material biográfico decorre da utilização de um questionário, de uma entrevista semiestruturada de carácter biográfico e de um instrumento de reconstrução autobiográfica que designamos por *histórias da vida e do futuro*. Este instrumento consiste num documento em formato de pequeno livro, dividido em três capítulos, que os jovens são convidados a preencher em função de um conjunto de solicitações temáticas variadas e que apelam ao relato reconstrutivo de vários aspetos dos seus trajetos de vida. A análise exploratória do questionário e das *histórias da vida e do futuro* permitiu identificar os aspetos a explorar, posteriormente, através da entrevista. Esta análise possibilitou ainda uma aproximação à especificidade da narrativa de cada jovem, obrigando-nos a uma opção metodológica, fazendo acompanhar o guião da entrevista, que propõe uma série de questões comuns, de um conjunto de perguntas diferenciadas especificamente dirigidas a cada jovem.

Das narrativas biográficas

Do conjunto de narrativas biográficas produzidas pelos jovens institucionalizados no C.E.S.A., optamos por focalizar a reflexão agora apresentada nos trajetos biográficos do Adriano e do Marco (nomes fictícios). Esta opção fica a dever-se a dois aspetos essenciais. Por um lado, cada trajeto biográfico narrado impõe-se como um todo que nos remete para o vivido de um sujeito que se conta e, assim sendo, não quisemos proceder a uma análise fragmentária, assente em excertos da diversidade de material recolhido, obrigando-nos a proceder a uma escolha que respeita a vida contada. Por outro, a nossa opção recai sobre duas narrativas que, em nosso entender, apresentam um conjunto de elementos que, em termos de análise, tem vindo a revelar-se como essencial para a elaboração de uma reflexão cujo carácter idiográfico não deixa, contudo, de favorecer uma leitura nomotética, de acordo com o nosso posicionamento e epistemológico e metodológico.

Adriano

(...) quando fui p'ró bairro tinha 7 anos. Saía de casa, via os traficantes cheios de dinheiro e virava-me p'ra eles e pensava ser também traficante. Eles diziam p'ra não me meter nisso, mas eu dizia que ia ser traficante quando crescesse. (...) Via gajos com muito dinheiro e também queria. (...) o meu irmão 'tava lá, ia p'ra casa com o dinheiro, com a droga, eu via ele a contar e eu dizia 'ah, também vou ser traficante'. O meu irmão dizia 'cala-te, mas é! Vais ser traficante o quê?!'. (Excerto da narrativa biográfica)

A configuração dos trajetos de deriva identificada nas reconstruções biográficas dos jovens institucionalizados em centro educativo parece resultar de um desfasamento entre um discurso que acentua a tónica do individual, do sujeito obrigado à (re)construção de si, e a existência de um conjunto de fatores extra-individuais que condicionam essa (re)construção, mas que o sujeito assume como escolhas de carácter individual. Este conjunto de fatores joga-se, ainda que não exclusivamente, no âmbito dos contextos proximais de atuação destes jovens. A escola e o bairro constituem dois dos contextos proximais de atuação do Adriano explorados narrativamente, sugerindo algumas pistas de leitura em termos da forma como tais contextos configuram um conjunto de possibilidades/impossibilidades no qual vem a inscrever-se o percurso de vida do Adriano, permitindo-nos abrir o foco de análise do individual para o contextual. No que se refere à escola, a narrativa do Adriano fala-nos de um progressivo desinteresse, surgindo a escola como um lugar que nada tem a oferecer e com o qual o conflito e a provocação parecem constituir a única forma possível de relacionamento. Este afastamento face à escola é narrativamente construído pelo Adriano à luz das (in)competências individuais, refletindo a tendência do discurso dominante para ler o sucesso/insucesso escolar em função do mérito/fracasso pessoal. Ora, a compreensão do impacto do contexto escolar sobre os percursos biográficos individuais exige a consideração da escola enquanto condicionante estrutural e a apreciação dos motivos pelos quais a escola, ao invés de se constituir como terreno de exploração de possibilidades várias, se concretiza (para o Adriano) como uma impossibilidade. Se a escola surge como um lugar indesejado, como espaço de conflito e de não-pertença, o bairro é o local onde o Adriano passa os dias e é no bairro, e a partir dele, que se desenrola o quotidiano partilhado com os amigos, também afastados da escola. É neste dia-a-dia no bairro que a prática do desvio se mostra como possibilidade entre as impossibilidades. A narrativa em torno do bairro é recorrentemente associada a práticas desviantes – roubos, consumo e venda de drogas. Há uma convivência diária e próxima com estas práticas ilegais que, gradualmente, se convertem em objecto de desejo. Os traficantes “cheios de dinheiro” parecem representar uma possibilidade de

contornar todo um conjunto de limitações sentidas como impossibilidades de ser e agir. A falta de dinheiro, as dificuldades sentidas e a ausência (real e/ou sentida) de alternativas às limitações vividas, por um lado, e as oportunidades que o roubo e o tráfico de drogas parecem (facilmente) propiciar, por outro, tornam o desvio apetecível, convertendo-o na (única) via reconhecida de transformação das impossibilidades em escolhas efetivas. O dinheiro do roubo e do tráfico permitem ao Adriano dar resposta às dificuldades vividas pela família, mas também aceder a um conjunto de bens de consumo que, diariamente, os *media* apresentam como bens essenciais (roupa de marca, por exemplo) e que, por isso, são largamente desejados.

A narrativa organizada em torno do tema da vida em sociedade é claramente hesitante. Ao contrário do que acontece anteriormente, quando nos fala acerca da sua trajetória de vida, o discurso torna-se agora menos fluído e menos assertivo, procurando devolver a versão institucionalmente dominante. O conceito de sociedade é apenas isso – um conceito esvaziado de significado e ao qual o Adriano associa outros conceitos igualmente vazios: direitos, deveres, liberdade. O discurso parece assumir um formato estandardizado que reflecte a incorporação de uma verdade sobre o mundo e sobre o modo como o sujeito deve posicionar-se nesse mundo. O tom hesitante do discurso mostra-nos que este processo de incorporação não ocorre de forma pacífica, encontrando resistência, mais ou menos consciente e assumida. Este sistema de verdade é institucionalmente sustentado e defendido pela própria intervenção levada a cabo em centro educativo. De acordo com a Lei Tutelar Educativa (L.T.E.), a aplicação das medidas tutelares educativas visa a “educação do menor para o Direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade” (artigo 2.º, L.T.E.), o que supõe que os sujeitos intervencionados assimilem determinada forma de pensar o mundo e de nele se posicionarem, de acordo com os padrões normativos que tendem a garantir a manutenção de uma determinada ordem em termos das relações de poder estabelecidas. O Adriano é um dos elos mais fracos de tais relações de poder - é jovem, é proveniente de um contexto socioeconomicamente fragilizado, está institucionalizado – de uma ordem social que a “educação para o Direito” visa reproduzir. O processo reeducativo levado a cabo em centro educativo não promove uma reflexão emancipadora que questione, problematize e/ou modifique as circunstâncias estruturais (extra-individuais) que colocam os jovens institucionalizados numa posição de fragilidade social, política e económica e que contribuem para a configuração de um percurso de vida que assume a forma de uma trajetória desviante que, de algum modo, se torna inevitável, na medida em que as alternativas disponíveis não se consubstanciam em escolhas reais e efetivas. Ao invés, o trabalho de reeducação vai no sentido da produção de um sujeito em processo de auto-responsabilização, de um sujeito que assume como escolha pessoal condicionalismos de ordem contextual. Julgamos que o desconforto do Adriano ao falar-nos sobre a sociedade e a pertença social decorre de uma resistência (ainda que não refletida ou crítica) a este processo de assimilação de uma versão do mundo que o mantém, inevitavelmente, na posição de dominado.

Marco

Andava na escola que é ao pé do meu bairro, a primária, primária e primeiro ciclo, junto. (...) Depois de sair dessa escola, fui p'ra outra e aí é que me perdi. (...) Pois, comecei a ter novos amigos, comecei a roubar e comecei a fumar (...) Comecei a roubar mais. (...) Telemóveis, dinheiro, portáteis. Roubava, não tinha dinheiro, né? Também queria ter as minhas coisas! Tipo, roupa de marca, (...) Telemóveis, vendia os telemóveis, ficava com o dinheiro e comprava roupa e drogas também. E p'ra outras coisas também, se fosse preciso. (Excerto da narrativa biográfica)

Com 14 anos de idade e 6 meses de internamento cumpridos à data de início da pesquisa, o Marco devolve-nos um discurso no qual é visível o trabalho institucional sob o regime tutelar de verdade,⁴ sobretudo no modo como perspetiva o futuro e nele se projeta. A descrição do percurso de vida anterior ao internamento é centrada na escola e no trajeto de insucesso de que o Marco se assume como autor pela recusa em trabalhar, pelas faltas às aulas e pelo “mau comportamento”. A narrativa sobre o trajeto escolar é marcada por sucessivas referências ao grupo de pares com o qual o Marco partilha o desinteresse pela escola e a aproximação a uma trajetória de desvio: a falta de assiduidade à escola, a iniciação no consumo de haxixe e tabaco e a prática do roubo são situações vivenciadas em grupo. Este aspeto é, aliás, recorrente nas narrativas produzidas pelos jovens que encontramos no C.E.S.A., sugerindo-nos uma leitura que desloca o foco de análise do indivíduo e das suas incompetências para deixá-lo recair sobre a instituição escolar, como já assinalámos acima. O discurso de auto-responsabilização dos sujeitos em situação de insucesso escolar obscurece parte do problema. Não cabendo no âmbito da nossa pesquisa uma reflexão sobre as limitações e as potencialidades da escola, ela é, contudo, essencial à compreensão dos motivos pelos quais determinadas franjas da população, nomeadamente as mais desfavorecidas, se afastam/são afastadas da escola. Esta reflexão deve passar, em nosso entender, por uma discussão alargada em torno do modo como a escola é, actualmente, instrumentalizada pelo discurso dominante.⁵ O processo de subjetivação levado a cabo pelo Marco através do qual se constrói como autor do próprio percurso desviante é ainda visível a outro nível. Assumindo-se como o único membro da família que não segue a norma e falhadas as estratégias de controlo do pai, o recurso ao psicólogo acentua a responsabilidade individual e a sensação de incompetência do sujeito, procurando, através de um profissional da área da saúde mental, “trabalhar” o que sente como limitações suas. A desestruturação das instituições (família, escola) e a sua incapacidade de resposta acabam, deste modo, por traduzir-se numa medicalização do desvio, focalizando o processo no indivíduo e, assim, obscurecendo (e ilibando) as responsabilidades institucionais.

A narrativa acerca do bairro parece indiciar a naturalização de uma realidade que integra determinados aspectos que, no discurso dominante, são tomados como negativos. O bairro é zona de conforto, espaço de que sente fazer parte. Os bairros de habitação social situados em zonas periféricas das grandes cidades constituem espaços de grande vulnerabilidade económica, social e política. São espaços mudos habitados por pessoas que não vêm reconhecida a sua voz. A este apagamento social e político corresponde uma reinvenção do sujeito no interior do espaço que reconhece como seu: o bairro. É dessa realidade que se apropria e é a partir dela que se subjetiva. A convivência, no interior dos bairros, entre focos

⁴ Designamos por regime tutelar de verdade a mundividência sustentada e transmitida pelo dispositivo de intervenção tutelar (comissão de proteção, tribunal de menores, centro educativo) e que implica determinada forma de subjetivação dos indivíduos que são alvo de internamento. Trata-se de uma noção que recupera a reflexão de Michel Foucault (1980) sobre a produção de um regime de verdade, o qual serve as necessidades de sustentação do poder. Considerando que o internamento configura uma relação de poder que coloca o sujeito institucionalizado na condição de dominado (porquanto o submete ao cumprimento dos normativos institucionais), entendemos que manutenção desta condição implica a incorporação de um sistema de verdade institucional por parte do sujeito institucionalizado.

⁵ A abordagem mediática e a justificação política em torno de situações como o encerramento de escolas públicas, a indisciplina em sala de aula, a avaliação dos professores, o ranking das escolas ou o desemprego dos jovens recém-licenciados são apenas alguns exemplos desta instrumentalização.

de desvio (traficantes, assaltantes) e focos de normatividade (trabalhadores no sentido normativo do termo) constitui, portanto, duas formas diferenciadas de subjetivação a partir da mesma realidade (aqui no sentido de condições materiais e simbólicas de vida), mas indiciando, de igual modo, formas de resistência ao próprio apagamento social e político. Seja pelo desvio seja pela normatividade, o que está em causa é a sobrevivência a esse apagamento.⁶

A narrativa do Marco acerca da prática do desvio aproxima-se do que encontramos no discurso de outros jovens entrevistados: o roubo de bens facilmente convertíveis em dinheiro (telemóveis, computadores portáteis) usado para aceder a bens de consumo que, de outro modo, seriam inacessíveis. Ao referir-se à prática do roubo, o Marco parece, desde logo, oferecer uma justificação: “Roubava, não tinha dinheiro, né?” E acrescenta: “Também queria ter as minhas coisas!”, sugerindo a reivindicação de um direito que a todos assiste e de que o Marco não quer ver-se excluído. Este é o posicionamento próprio do sujeito produzido na/pela sociedade de consumo que cria a ilusão da possibilidade de um acesso generalizado aos bens disponibilizados. O consumo é, então, tomado como um direito de que todos pretendem usufruir, legitimando, deste modo, diferentes estratégias aquisitivas, mais ou menos lícitas. No caso do Marco, o roubo é tido como legítimo, porquanto lhe permite aceder aos objectos de consumo desejados.

A institucionalização e o futuro no pós-internamento são narrativamente exemplares, em termos da incorporação do regime tutelar de verdade. O discurso do Marco devolve-nos uma visão de si, do mundo e de si no mundo institucionalmente balizada. Algumas afirmações chegam a ser paradigmáticas como, por exemplo, a referência ao objetivo do internamento: “P’ra eu me fazer um homem aqui dentro.” Assumindo-se como autor de um percurso que pretende corrigir, o Marco sublinha a importância de “continuar a escola”, sob pena de “não ir a lado nenhum”. Esta incorporação do regime tutelar de verdade assenta, em nosso entender, na falsa crença do sujeito na possibilidade de uma inversão da trajectória desviante que seja auto-produzida e institucionalmente sustentada, não considerando, por isso, todas as variáveis (sobretudo as de carácter estrutural) que podem comprometer todo o processo. Esta falsa crença pode ter, porém, a função de uma estratégia de sobrevivência ontológica do sujeito que, assim, resiste ao tempo do internamento.

Conclusão

As possibilidades interpretativas do desvio que resultam das narrativas biográficas dos jovens institucionalizados no C.E.S.A. encontram-se ainda em aberto, importando referir que de tais possibilidades decorrem diferentes formas de construção da realidade social do desvio juvenil (Berger e Luckmann, 2010). É, no entanto, possível esboçar algumas linhas de reflexão sugeridas pela empiria. As rotas desviantes assinaladas nas narrativas produzidas aproximam-se das trajectórias de deriva que parecem definir a atual condição juvenil e que resultam de um

⁶ Pelo desvio, o sujeito sobrevive através da reação institucional que provoca; pela normatividade, a sobrevivência baseia-se numa tentativa de aproximação a um modo de vida que o discurso dominante reconhece como socialmente útil e, por isso, visível. Porém, o discurso dominante não reconhece estas estratégias de visibilidade como atos de resistência, oferecendo uma visão redutora que tende a perpetuar a situação de dominação e a invisibilidade destes sujeitos, definindo as situações de desvio e de normatividade como escolhas de carácter pessoal que refletem, respetivamente, a incompetência ou a habilidade social destes sujeitos. É esta a versão que o regime tutelar de verdade procura reiterar.

desencontro entre o discurso dominante assente na injunção biográfica e na responsabilidade individual do sujeito-a-ser e a existência de um conjunto de fatores de ordem contextual que condicionam o processo de subjetivação e que escapam ao poder de decisão do sujeito, mas que ele tende a assumir como escolhas de caráter pessoal. A deriva não configura, em nosso entender, um percurso individual, remetendo-nos para um coletivo partilhado, em termos das condições de produção dos sujeitos da modernidade avançada. No que diz respeito às narrativas analisadas, a deriva parece expressar-se através de dois processos de caráter simultâneo: a errância e a experimentação de si. Por um lado, as trajetórias descritas remetem para a passagem do sujeito por diferentes espaços de atuação – escola, bairro, cafés, rua, grandes espaços comerciais – tratando-se de uma passagem des-significada, no sentido em que a presença do sujeito nesses espaços não parece resultar de uma intencionalidade pela qual chegue a apropriar-se das condições contextuais – possibilidades e constrangimentos – em que se encontra. Assim sendo, não fazendo essa apropriação, o sujeito assume como escolhas pessoais as possibilidades e os constrangimentos contextuais, chamando a si a responsabilidade por um percurso de êxitos e fracassos de que se experiencia como ator e autor. A experimentação de si consiste, pois, num processo de auto-gestão, a partir do qual o sujeito se investe em determinadas atividades. Deste investimento de si resultam formas específicas de subjetivação, isto é, de produção de si enquanto sujeito e da sua posição no mundo. Nas narrativas analisadas, este investimento de si parece traduzir-se na configuração de rotas desviantes.⁷

Em suma, entendemos que a condição biográfica corresponde a um esvaziamento do conceito de cidadania (Bauman, 1996), na medida em que o discurso público se encontra esvaziado de questões comuns, tendendo a ser substituído por preocupações privadas decorrentes pela contradição em que assenta a sociedade pós-industrial – o direito à auto-afirmação e a (in)capacidade de controlar os mecanismos sociais que a possibilitam ou impossibilitam. A ultrapassagem desta contradição exige uma reflexão crítica, pública e colectiva, que nos remeta para o campo da política pela passagem do indivíduo a cidadão (*ibidem*). A relação entre os ‘eus’ reflexivos e narrativos deve expressar-se no âmbito do espaço público e institucional através do exercício da cidadania, implicando uma dimensão ética de apelo aos valores da justiça e da solidariedade (Dubar, 2009). Trata-se da necessidade de criar dispositivos capazes de dar existência social às narrativas individuais, de modo a que as construções biográficas não se reduzam a questões de realização pessoal, mas possam ser reconhecidas nas suas dimensões social e política Delory-Momberger (2009: 90 e ss), integrando uma narrativa mais abrangente que reúna as histórias daqueles que partilham condições semelhantes e, assim, favoreça formas colectivas de actuação (negociação, discussão, partilha).

⁷ Os processos de deriva não parecem ser, de acordo com a nossa proposta interpretativa, específicos ou exclusivos de determinado tipo de população. Julgamos que se trata de uma categoria transversal inerente à própria condição biográfica (Delory-Momberger, 2009) da modernidade avançada e, nesse sentido, admitimos outras possibilidades de configuração de trajetórias de deriva associadas, por exemplo, à precariedade ou ao desemprego de longa duração.

Referências bibliográficas

Bauman, Zigmunt (1996), “Modernidad y ambivalencia”, in Anthony Giddens; Zigmunt Bauman; Niklas Luhmann; Ulrich Beck (orgs.), *Las consecuencias perversas de la modernidad. Modernidad, contingencia e riesgo*. Barcelona: Editorial Anthropos, 73-119.

Berger, Peter; Luckmann, Thomas (2010), *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro. Tradução de Ernesto de Carvalho. [3ª ed.; orig. 1966]

Bertaux, Daniel (1997), *Les récits de vie: perspective ethnosociologique*. Paris: Éditions Nathan.

Carreiro, Rui Tinoco (2005), “Adaptações cognitivas à carreira de toxicodependente: a utilização de técnicas de neutralização ao longo de trajetórias de vida de heroinómanos”. *Tese de Doutoramento em Psicologia*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Conde, Idalina (1993a), “Problemas e virtudes na defesa da biografia”, *Sociologia, problemas e práticas*, 13, 39-57.

Conde, Idalina (1993b), “Falar da vida (I)”, *Sociologia, problemas e práticas*, 14, 199-222.

Delory-Momberger, Christine (2009), *La condition biographique*. Paris: Téaèdre.

Dubar, Claude (2009), *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros.

Fernandes, Luís (2004). “Bases ecossociais do sentimento de insegurança”, *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 93-112.

Ferrarotti, Franco (1983), *Histoire et histoires de vie : la méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Méridiens. Tradução de Marianne Modak.

Ferrarotti, Franco (1991), “Sobre a autonomia do método biográfico”, *Sociologia, problemas e práticas*, 9, 171-177.

Foucault, Michel (1980), “Truth and power”, in Colin Gordon (org.), *Power/Knowledge. Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*. New York: Pantheon, 109-133.

Kóvacs, Ilona (2006), “Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho”, *Sociologia, problemas e práticas*, 52, 41-65.

Lei Tutelar Educativa, Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro. Diário da República n.º 215/99 – I Série A. Ministério da Justiça. Lisboa.

Matza, David; Sykes, Gresham (1961), “Juvenile delinquency and subterranean values”. *American Sociological Review*, 26 (5), 712-719.

Pais, José Machado (1984), “Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana”, *Análise social*, XX(83), 507-519.

Poirier, Jean; Clapier-Valladon, Simone; Raybaut, Paul (1995), *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora. Tradução de João Quintela.

Schnapper, Dominique (1998), *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar. Tradução de Pedro Lopes d'Azevedo.